

Ano XXIV nº 6417 – 09 de setembro de 2021

Procurador pede ao TCU afastamento dos presidentes do BB e da Caixa

Os presidentes do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, e da Caixa, Pedro Guimarães, podem ser afastados dos seus cargos. Na manhã de quarta-feira (8/9), o subprocurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, apresentou representação no tribunal em que pede a investigação por suposto uso político das instituições no episódio do manifesto da Febraban.

“Entendo que a questão ora em consideração encerra as condições necessárias e suficientes para que, com base no que dispõe o artigo 276, caput, do Regimento Interno do TCU, seja adotada medida cautelar determinando o afastamento tanto do presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Pedro Guimarães, como o do Banco do Brasil, Sr. Fausto de Andrade Ribeiro, uma vez que demonstraram que o motor das decisões tomadas na condução das instituições que dirigem possui forte viés político, em afronta ao esperado zelo pelo interesse público e não do governo de plantão”, disse Furtado.

Recentemente, Caixa e BB entraram numa disputa com a Febraban ao tomarem conhecimento da articulação de um manifesto em que a entidade dos bancos defenderia a harmonia entre os poderes, em recado aos ataques propagados por apoiadores de Jair Bolsonaro e pelo próprio presidente. Os bancos ameaçaram deixar o sindicato, mas voltaram atrás e permaneceram.

Para o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, é mais uma tentativa de ameaças sem cabimentos, como foi o Sete de Setembro. “Instituições públicas tão importante para o país não podem ser usadas desta forma. Que bom que o Banco do Brasil, por conta da sua governança corporativa, com ações listadas na bolsa, viu o perigo que seria deixar a Febraban. É bom para a categoria e para a instituição”, disse.

Para o presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), Sergio Takemoto, é saudável que toda denúncia seja investigada. “A Caixa e o BB são bancos públicos. E tudo o que é público pertence a toda a população. É importante que toda a denúncia seja investigada com transparência e responsabilidade para que tudo fique esclarecido e a população seja informada. Se houver irregularidades, que os culpados sejam punidos”, disse Takemoto.

Itaú discrimina e não valoriza bancários com mais tempo de casa



Se no Itaú já é rotina funcionários reclamarem da exploração e desvalorização impostas pelo banco, para quem tem mais tempo de trabalho a situação é ainda pior, caracterizando discriminação aos bancários mais antigos.

Os sindicatos denunciam que as constantes mudanças praticadas pelo banco, com novos projetos e reestruturações, como é o caso do programa Gera e do projeto Itaú 2030, confirmam que a empresa está em busca de um novo perfil de funcionário em que não há espaço para os trabalhadores com mais tempo de casa.

No dia 25 de agosto, em reunião com o Comando Nacional dos Bancários e os representantes dos sindicatos, o Itaú apresentou o que considera “o banco do futuro” prometendo que, nesta nova era, “não há espaço para discriminação”, mas “uma busca constante pela diversidade” e profunda mudança de cultura.

Mas no cotidiano dos locais de trabalho a realidade é outra. Sindicatos em todo o país têm recebido denúncias de que trabalhadores com mais tempo de banco estão sendo desprezados e discriminados pelas novas políticas do Itaú.

Muitas das denúncias foram relatadas por trabalhadores desligados que passaram pelo processo de Comissão de Conciliação Voluntária (CCV). Os funcionários incluíram na justificativa de seus pedidos, o assédio moral e os danos morais que sofreram através de constrangimentos e exposições em reuniões, inclusive com chacotas feitas pelos gestores.

O tom dos gestores chega ao nível da ameaça de demissão: “O que você pretende no banco? É preciso pensar no futuro porque seus dias estão contados”, dizem os empregados que deram toda uma vida ao trabalho.